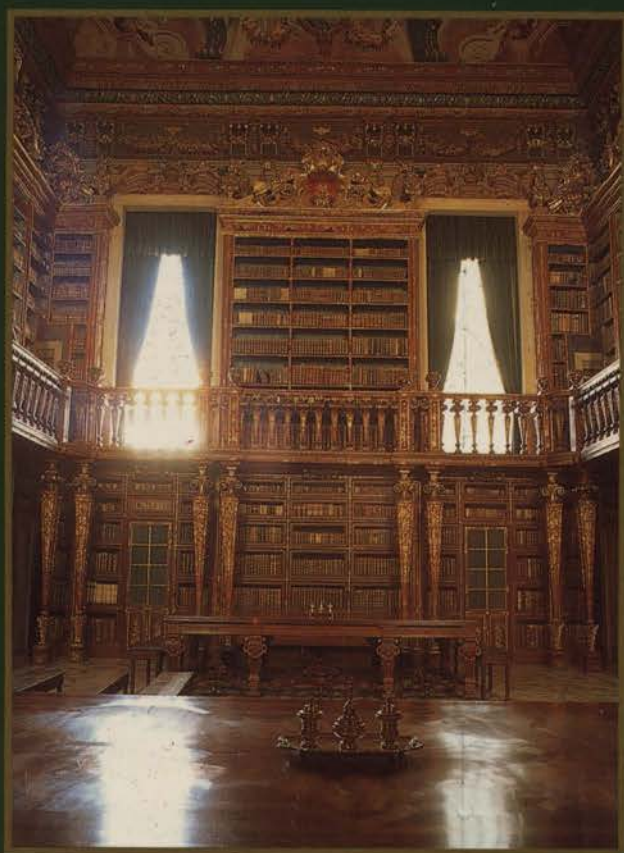


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A ELITE INTELECTUAL BRASILEIRA NA ÚLTIMA FASE DO PERÍODO COLONIAL

As relações entre a Universidade de Coimbra e o Brasil processaram-se sempre com grande intensidade. E isto em particular no que respeita à vinda de estudantes brasileiros para a cidade do Mondego a fim de frequentar as diversas Faculdades da Escola.

No séc. XVI encontramos o registo de 13 estudantes; no séc. XVII o número cresce para 354 e no séc. XVIII para 1753. Para o séc. XIX temos informação de terem frequentado a Universidade de Coimbra 892 estudantes brasileiros. Embora estes números estejam sujeitos a certas rectificações, podemos dizer que foi de cerca de 3.000 o total de jovens brasileiros que vieram para Coimbra (1), a maior parte dos quais se situa no séc. XVIII.

Da «Alma Mater Conimbrigensis» voltaram para a Terra de Santa Cruz quase todos enriquecidos com uma nova formação e lá desenvolveram uma acção deveras profícua e notável em prol das ciências e da cultura brasileira. Mas muitos ficaram em Portugal, deve acentuar-se.

A título de exemplo, aqui deixamos menção de alguns que se impuseram em terras brasileiras pelo seu saber e erudição. GREGÓRIO DE MATOS GUERRA, natural da Baía, onde nasceu a 7 de Abril de 1623, de volta ao seu país nele se consagrou à advocacia e à literatura. A sua formatura na Universidade teve lugar a 24 de Março de 1661 (2).

ALEXANDRE DA SILVA CORREIA, natural de S. Paulo, doutor em Leis, grau obtido a 29 de Outubro de 1682, viria a ser lente de Leis e de Instituta e, posteriormente, de Código.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) Sobre este tema, vide os registos de *Matriculas, Autos e Graus*, etc., existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. Na revista *Brasília*, Suplemento do vol. XXIV (publicação comemorativa do 4.º centenário da cidade do Salvador, Coimbra, 1949) encontra-se uma longa lista dos estudantes brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra, a qual, contudo, em vários casos, necessita de rectificações ou acrescentos.

(2) Sobre cada autor apenas deixamos breves notas relativas à Universidade.

JOSÉ BORGES DE BASTOS, também oriundo da Baía, formou-se em Cânones (14 de Julho de 1684) e tornou-se um extraordinário orador. Foi professor de Filosofia e de Teologia e exerceu no bispado de Coimbra os lugares de provisor, vigário-geral e prior de S. João de Almedina.

SEBASTIÃO DO VALE PONTES, igualmente da Baía, estudou Cânones em que obteve a formatura em 16 de Março de 1688. Exerceu depois os cargos de provisor e vigário-geral, desembargador da Relação Eclesiástica e cónego, mestre-escola e deão da sé diocesana. Foi sócio da Academia dos Esquecidos e distinguiu-se como orador sacro.

JOÃO MENDES DA SILVA, oriundo do Rio de Janeiro, formou-se igualmente em Cânones (28 de Novembro de 1691). Era o pai de António José da Silva, «O Judeu», e veio a ser advogado da Casa da Suplicação e um dos mais insignes poetas do seu tempo.

JOÃO CALMONT, natural da Baía, obteve a formatura em Cânones. De regresso ao Brasil, tomou ordens sacras e veio depois a desempenhar os cargos de vigário-geral, chantre da catedral, desembargador da Relação Eclesiástica, juiz dos casamentos, provisor e governador do bispado, comissário do Santo Ofício e sócio da Academia dos Esquecidos.

O PADRE BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO, natural de Santos, licenciou-se em Cânones a 25 de Junho de 1720. A ele se ficou a dever a invenção dos areóstatos.

ALEXANDRE DE GUSMÃO, irmão do anterior, depois de ter estudado na Universidade de Paris, foi incorporado na de Coimbra, onde se formou em Cânones a 22 de Julho de 1719. Exerceu várias missões diplomáticas e cargos diversos.

Até aqui aludimos apenas a alguns exemplos de figuras ilustres de origem brasileira anteriormente a 1720. Alguns deles haviam recebido no Brasil uma formação especial, geralmente em escolas dos Padres da Companhia de Jesus.

Mas não devemos esquecer igualmente as personalidades que de Portugal partiram para o Brasil, onde deixaram uma obra notável. Limitando o nosso estudo aos bispos diocesanos, recordemos: D. PEDRO FERNANDES SARDINHA que era doutorado em Teologia pela Universidade de Paris; D. CONSTANTINO BARRADAS, que fora lente de Teologia na Universidade de Coimbra; D. MARCOS TEIXEIRA, que leccionara Cânones na Universidade; D. SEBASTIÃO MONTEIRO DA VIDE, que se graduou em Cânones em Coimbra; D. FR. BARTOLOMEU DO PILAR, carmelita descalço, primeiro bispo de Pará, que estudou Teologia; e D. FR. ANTÓNIO DE GUADALUPE, franciscano, que se formou em Cânones (3). Os primeiros nomes referem-se a bispos da Baía.

(3) Vide Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, 4 vols., Barcelos, 1967-71.

Com o que acabamos de dizer queremos apenas significar que o frequente intercâmbio que houve entre os dois países muito contribuiu para o fortalecimento das relações entre os dois povos nos séculos seguintes.

Cingindo a partir de agora a nossa atenção ao período respeitante a 1720-1820, verificamos que o processo se incrementou extraordinariamente: em cerca de 1.887 estudantes de proveniência brasileira, uns 200 frequentaram Teologia; 1.000 enveredaram por Cânones e Leis; 300 preferiram a Medicina; e 300 dedicaram-se ao estudo das Artes. Como se vê, a maior parte levou de Coimbra uma formação jurídica. De notar que não poucos deles se formaram em mais do que uma Faculdade.

Ao longo da exposição seguinte, passaremos em revista os estudantes brasileiros que vieram a ser professores da Universidade de Coimbra. Foram 10 ao todo. Os que participaram em viagens e expedições científicas foram 5 e os que se dedicaram no Brasil ao ensino secundário foram 10. Os que sobressaíram no campo da Medicina e do Direito foram 5. Bispos de origem portuguesa em terras brasileiras ou o contrário foram 7. Como membros ilustres do clero distinguiram-se 12. Como literatos 11. No campo da advocacia e da política cerca de 60.

Mas em muitos casos temos de ter presente que a mesma pessoa se consagrou a actividades diversas. Não é possível situar cada nome numa esfera determinada apenas.

Foi uma faceta muito curiosa esta última. Os jovens brasileiros no período que decorre após 1772, principalmente levados pelo entusiasmo da época e por um ardente desejo de ver a sua pátria independente, consagraram-se muito à política.

A reforma pombalina da Universidade fez com que na Escola se assistisse a uma verdadeira renovação não só dos estudantes como das mentalidades. A introdução de autores novos, como Van Espen, Claude Fleury, Carl Martini, Von Riegger, Heinécio, Pufendorf e Wolfius, dava ao ensino uma orientação totalmente diferente. Era um corte profundo com o passado. Já se não podia pensar a partir de então como se pensara até então. O jusnaturalismo, a supremacia do Estado em relação à Igreja, a defesa dos direitos do indivíduo, etc. eram agora ideias novas que não podiam deixar de germinar nos espíritos da mocidade conimbricense.

Mas para vermos o percurso feito pela Universidade, convém aludir ao que se passou em Portugal durante o séc. XVIII em termos de história da cultura. Deixemos uma breve síntese apenas.

No reinado de D. João V, Portugal conheceu um desenvolvimento considerável no campo científico-cultural, tentando-se assim recuperar muito do tempo perdido anteriormente, apesar do trabalho realizado com grande brilho nalgumas das Academias entretanto surgidas e

por alguns homens do saber. Autores como Verney, Teodoro de Almeida, Francisco Freire de Carvalho, Melo Freire, Lopes Praça e outros não duvidam em afirmar que o reinado de D. João V constituiu a época da introdução da cultura moderna em Portugal.

Francisco Freire de Carvalho na sua obra *História Literária de Portugal* caracteriza assim a acção do rei magnânimo: «já convencido de que não era das escolas dos jesuítas que podia manar a fonte da verdadeira instrução, estabeleceu à maneira de outro Port-Royal-des-Champs, um seminário de Literatos eclesiásticos, que na capital dos seus estudos se ocupasse da educação da mocidade; fazendo desta sorte uma judiciosa diversão às escolas exclusivas de que havia duzentos anos, se achava de posse a Companhia denominada de Jesus. Realizou este seu tão sensato e fraternal desígnio pela erecção da casa que mandou edificar no subúrbio de Nossa Senhora das Necessidades, a benefício da doura, religiosa e grandemente benemérita Congregação de S. Filipe de Nery, com aulas para nelas se ensinar tudo quanto pertence às Escolas-Menores e às Humanidades, não pelo método jesuítico, mas pelo que em Roma estavam praticando muitas ilustres Corporações do Clero Regular». Hoje, à distância de alguns séculos, não podemos deixar de admirar o papel preponderante exercido pela Congregação do Oratório na renovação dos conteúdos e métodos pedagógicos.

E poderíamos aduzir outros testemunhos eloquentes da enorme decadência do ensino nos seus vários aspectos na fase anterior. Teodoro de Almeida na sua *Recreação Filosófica* critica duramente o baixo nível a que tinham chegado os estudos propondo novos caminhos para a sua renovação e actualização, nomeadamente no que concerne ao experimentalismo e à filosofia jurídica e da natureza.

De igual modo o padre João Baptista no seu tratado *Filosofia Aristotélica restituída e ilustrada com experiências e raciocínios há pouco descobertos* se insurgia contra o atraso cultural e científico em que se encontrava o país. O pensamento europeu dos séculos XVI e XVII transformara-se substancialmente em todos os sectores, do filosófico ao científico e ao jurídico, e do médico ao teológico.

Também o inglês Luís Baden em 1725 na sua *Notícia da Academia ou Curso de Filosofia Experimental, novamente instituída nesta cidade, para instrução e utilidade dos curiosos e amantes das Artes e Ciências* denunciava o estado decadente do ensino em Portugal. As obras de Kepler, Galileu, Descartes, Boyle, Newton, Bacon, Hobbes, Locke, Thomasius, Puffendorf e Wolfius — para só referir alguns autores dos mais inovadores — eram praticamente desconhecidos ou silenciados.

O *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney ergue-se como uma tentativa a poucos títulos notável de infundir um novo espírito nos vários ramos do saber. Jacob de Castro Sarmiento e António Nunes

Ribeiro Sanches preconizam igualmente, cada um à sua maneira, a revisão geral dos conteúdos e planos de estudo. O mesmo faria depois D. Fr. Manuel do Cenáculo, cuja obra *Cuidados Literários* é um alerta bem vivo aos responsáveis para que desistam dos antigos moldes e despertem para os horizontes da modernidade. O insigne bispo de Beja tinha em linha de conta dum modo particular os estudos teológicos base essencial para a ilustração do clero. Conhecedor certamente do que noutros países o iluminismo católico criaria — pensamos na Áustria de Maria Teresa de Áustria, em Bendito Feijoo de Espanha e no que se passou na Baviera — não se cansava de apontar o dedo na referida; sem uma profunda alteração impossível se tornava preparar bons Ministros do culto e da palavra.

A criação da *Academia Real da História Portuguesa* em 8 de Dezembro de 1720 significou um passo gigantesco no fomento das investigações históricas e arqueológicas, sendo de salientar a monumental colecção de memórias editadas e a publicação de obras monumentais como a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado, as *Memórias para a história de D. João I* de José Soares da Silva, a *História Genealógica da Casa Real* de D. António Caetano de Sousa e as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra* de Leitão Ferreira.

O *Vocabulário* de Rafael Bluteau e o *Corpus Poetarum Lisitanorum* do padre António dos Reis enriqueceram sobremaneira o panorama editorial do período joanino.

E não se pode omitir ainda o aparecimento de várias bibliotecas e colecções públicas e particulares, como as de Mafra e da Universidade de Coimbra, e as do Conde de Ericeira (notável mecenas e cultor da ciência e do saber), do Conde de Assumar, do Marquês de Angeja, do advogado Francisco Martins Sampaio, e do cónego José Jacinto da Silveira.

Mas os esforços feitos no reinado de D. João V não eram coroados dos resultados que esperavam. As Universidades de Coimbra e Évora, para só falar do ensino superior, não correspondiam aos anseios e expectativas dos mentores e impulsionadores da Modernidade.

Logo após a expulsão dos jesuítas em 1759 procurou-se encontrar um novo meio de ilustrar a juventude com a criação de aulas e estudos das línguas latina, grega, hebraica e de retórica em diversos pontos do país. Era a reforma dos estudos menores para execução da qual foi criado o cargo de Director-Geral dos Estudos ocupado logo de início por D. Tomás de Almeida. A Real Mesa Censória (5 de Abril de 1768) viria a encarregar-se de tal esfera da acção educativa. E o Colégio dos Nobres (1761) era mais um instrumento de formação e educação dos jovens.

Outro acontecimento assinalável foi a criação da Academia das Ciências (1779) que se veio a transformar num foco irradiador de valori-

zação do saber, vindo os seus membros a publicar memórias de elevado mérito que muito contribuíram para o progresso das matemáticas, das ciências naturais e físico-químicas, da medicina, etc. Acerca dos fins da Academia escreveu Aragão Morato: «Uns poucos de homens dotados de grande amor das Ciências, e de muito zelo pela verdadeira glória e felicidade da sua nação, animados por um varão ilustre (Duque de Lafões), que cultivando as letras desde os primeiros anos, e havendo examinado os progressos que elas haviam feito nas cidades polidas da Europa, as desejava ver não só restauradas, mas vulgarizadas na sua Pátria, estabeleceram esta Academia das Ciências, consagrada ao aumento delas, e à propagação das luzes pelas diversas classes da Sociedade».

A Universidade de Coimbra aguardava igualmente a sua hora de reforma. Depois da renovação da Escola no tempo de D. João III, nenhuma outra reforma havia sido feita, o que teve como consequência o seu alheamento em relação às profundas transformações verificadas lá fora nos vários ramos do saber.

A primeira medida adoptada foi a criação da Junta de Providência Literária (1770) em que tomaram parte o bispo D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e seu irmão João Pereira Ramos, de origem brasileira, entre outros.

Na intenção do Marquês de Pombal aquela comissão devia elaborar um texto que mostrasse os vícios de que enfermava o ensino e apontasse os meios de os superar. O *Compêndio Histórico do Estado Geral da Universidade* (1771) aí está a responder a tal questão de forma clara e inequívoca. A Universidade ia mesmo ser reformada numa tentativa de cortar com o passado e assim corresponder aos anseios da época. Os Estatutos de 1772 estabeleciam novos planos de estudo e marcavam o arranque para uma nova fase da vida da «Alma Mater Conimbrigensis». Foram além disso criadas mais duas novas Faculdades — a de Matemática e a de Filosofia — e vários anexos: o Hospital, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico (Medicina), o Observatório Astronómico (Matemática) e os Gabinetes de História Natural e de Física Experimental, o Laboratório Químico e o Jardim Botânico (Filosofia). A criação da Imprensa Académica e a renovação dos Paços das Escolas e edifícios anexos foram outros factos importantes da «Nova Fundação da Universidade».

Longa seria a referência aqui aos múltiplos aspectos em que se verifica a reforma das Faculdades já existentes (Teologia, Cânones, Leis e Medicina). Era uma viragem profunda repleta de possibilidades de uma transformação geral do ensino.

A morte de D. José e o sequente afastamento de Pombal (1777) criaram dificuldades à concretização desejada dos novos esquemas por que se regia agora a Escola de Coimbra. E não fosse a obra de D.

Francisco de Lemos *Relação Geral do Estado da Universidade* e as tomadas de posição assumidas, outro seria o destino da Universidade. Os reitores José Francisco Miguel Antunes de Mendonça e Francisco Rafael da Costa não comungavam das novas ideias e a oposição de muitos entrouvrou deveras o processo em curso. A tudo isto deve juntar-se o impacto das invasões francesas que prejudicaram seriamente o funcionamento da vida académica, bem como o aparecimento de convulsões políticas de vários quadrantes. Era um período difícil e agitado. Mas o fermento da reforma pombalina permanecia e ganhava terreno apesar dos ventos contrários que um pouco por toda a parte sopravam de vários quadrantes.

As Faculdades de Matemática e Filosofia com os seus estabelecimentos anexos eram aquelas que maior abertura revelavam à inovação. E foi por elas que passaram alguns espíritos mais lúcidos e ousados da época. O que não quer dizer que também em Teologia, Cânones, Leis e Medicina não se sentisse vibrar o sopro veemente da renovação. A introdução de obras importantes de autores estrangeiros é um facto que merece ser evidenciado.

Em Teologia as obras de Gerbert, Fleury e Berti; em Cânones e Leis as de Martini, Bachio, Berti, Heinécio, Van Espen e Hertalo; em Medicina as de Chrantz, Hister, Haler, Hipócrates e Boerhave; em Matemática as de Euclides, Bezout, Marie Bossue Lacaille; em Filosofia: Genovese, Lineu e Muskaeu Borech.

Aqui deixamos uma referência breve acerca de alguns deles: Martin Gerbert, O.S.B. (1720-1793), autor notável pelos seus estudos históricos e teológicos e pelas suas preocupações reformistas escreveu *Principia Theologiae*, 8 vols. (Augsburgo-Friburgo-S. Blasien, 1757-59); Claude Fleury (1640-1723), O.S.F., destacou-se como jurista e historiador da Igreja, denunciando claramente nos seus escritos uma orientação galicana. A obra que mais impacto teve em Coimbra foi *Institutiones Juris Ecclesiastici*, a qual veio a ser colocada no índice, o mesmo se devendo dizer do seu *Catécisme Historique*. Giovanni Lorenzo Berti, O.E.S.A. (1696-1766), cuja obra *De theologicis disciplinis* (Roma, 1739-45) foi considerada de pseudo-jansenista, apesar da defesa de Bento XIV e do próprio. Carl Martini (1726-1800), professor da Universidade de Viena e conselheiro da corte de Maria Teresa e de José II e Leopoldo II, escreveu, entre outras, as obras *De lege naturali positiones*, *Positiones de jure civitatis*, *De Lege Naturali*, *de Jure Publico et Gentium*, em que o jusnaturalismo, o papel da razão e o absolutismo são defendidos abertamente, enveredando assim pelo caminho da supremacia do Estado em relação à Igreja e pela afirmação dos ideais anteriormente expostos por Wolfius, Puffendorf, Thomasius, Grotius — tantas vezes referidos no *Compêndio do Estado Geral da Universidade* e nos *Estatutos de 1772*.

Mas o representante mais notável no campo do Direito foi, sem dúvida, Van Espen, discípulo de Febrônio. Os seus tratados *De statu Ecclesia et legitima protestate Romani Pontificis* (1763) e *Principia Juris Publici Ecclesiastici*, em que defendia diversas teses de tipo episcopaliano, retirando assim ao papa a supremacia jurídica universal. Era uma viragem enorme nas formas de pensar dentro e fora dos muros da Universidade. Era a libertação espiritual de esquemas feitos ao longo dos tempos passando para o Estado e para o cidadão um poder que até então a Igreja detinha. De salientar também Paul Joseph Von Rieger, obreiro notável da reforma de Maria Teresa, autor de *Institutione Jurisprudentiae Ecclesiasticae*, entre outros.

Outros autores de Direito, como Hertalo, Boehmer, Bach, Heinício, Thuneing e os já citados Puffendorf e Wolfius penetravam igualmente com os seus livros na Universidade. Todos eles, uns mais do que outros, enveredavam pela afirmação da razão e da natureza, como fontes primordiais do direito e do saber. Era o iluminismo com toda a sua força a rasgar novos caminhos e a criar preocupações graves à mentalidade tradicionalista e conservadora. Fora com Frederico II da Prússia que a «Aufklärung» se tornara oficialmente uma filosofia, uma religião e um regime político.

No domínio das Faculdades naturais (Medicina, Matemática e Filosofia) revestiu-se igualmente de muito interesse a profusão de obras de autores célebres, como já ficou dito. Boerhave, célebre médico de Leiden, e Haler foram os principais na área de Medicina. Grantz, médico, botânico e professor em Viena, escreveu *Materia Medica et chirurgica juxta systema naturae digesta* (Viena, 1765); Hartmann elaborou *Formula remedium in Materiam Medicam et chirurgicam* (Leipzig, 1771); Johannes Beckman *Beiträge zur Geschichte des Erfundungen*, 5 vols., Leipzig, (1786-1805); Domingos Vandelli, que foi professor da Universidade de Coimbra, escreveu tratados de invulgar mérito científico, sobre a flora, os jardins botânicos, a agricultura, a zoologia e a mineralogia.

Foi um dos mestres mais iustres da época pombalina e a ele se ficou a dever muito do que se fez no domínio das ciências naturais. O mesmo se diga de Dalla Bella, professor de Física e autor, por exemplo, de *Physices Elementa*. Os famosos Charles Marie Bossut, Étienne Bezout, Joseph Lalande, Jean d'Auteroche evidenciaram-se sobretudo no domínio da matemática e da astronomia. Linné foi outro cientista notável a ser adoptado em Coimbra sendo também publicadas nesta cidade algumas das suas obras. E podíamos falar de tantos outros.

E se é certo que os professores universitários em geral não corresponderam aos apelos feitos para escreverem igualmente livros de texto para uso dos alunos, o certo é que os tratados de autores estrangeiros

eram impressos, seguidos e divulgados abrindo dessa feita horizontes mais rasgados que até então nem sequer se vislumbravam. A semente estava lançada e o séc. XIX iria assimilar e desenvolver as ideias expostas por esses mestres estrangeiros de grande fama e nomeada.

No que toca aos professores de Coimbra que deixaram obras escritas, há a referir o grande João Pedro Ribeiro, ilustre mestre de Diplomática; Pascoal José de Melo Freire, autoridade no domínio do Direito Pátrio; José Joaquim Rodrigues de Brito, especialista em Economia; José Monteiro da Rocha, insigne matemático; e Félix de Avelar Brotero, notável botânico, para só referir alguns.

De relevo se reveste a enumeração dos *Professores* da Universidade de Coimbra de origem brasileira entre 1720 e 1820. A alguns deles se ficou a dever o enorme incremento que os estudos conheceram após a reforma pombalina, em especial no respeitante às Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia.

ÂNGELO FERREIRA DINIS, natural do Rio de Janeiro, doutorou-se em Medicina no ano de 1799. Exerceu o magistério universitário durante mais de 30 anos, mas em 15 de Julho de 1834 foi riscado da Universidade juntamente com 43 companheiros «por não convir ao serviço de Sua Magestade Fidelíssima e da Pátria que continuassem a ser empregados no ensino público pelos princípios políticos que professavam ou por sua incapacidade», lê-se na Carta Régia dirigida ao Vice-Reitor da Universidade.

Foi um dos acusados na devassa da «Lanterna Mágica», panfleto escrito contra o reitor D. Francisco de Lemos. Em 1812, com José Feliciano de Castilho e Jerónimo Joaquim de Figueiredo, fundou e redigiu o periódico *Jornal de Coimbra*, que se publicou em Coimbra até 1820 (4).

CARLOS JOSÉ PINHEIRO, oriundo de Vila Rica, concluiu o Curso de Medicina em 1816 e em 1825 tornou-se proprietário da cadeira de Anatomia. Durante 12 anos dedicou-se à formação de um Gabinete de Anatomia Normal e Patológica e em 1827 foi admitido na Academia das Ciências. Em 1833 foi designado pela Universidade para estudar a epidemia da cólera que então grassava em Aveiro. Adepto do miguelismo, veio a ser alvo de perseguições várias. Em 1823 a Junta Expurgatória propôs a sua expulsão da Universidade por defender certas opiniões menos ortodoxas em matéria religiosa (5). Em 1834 foi de-

(4) Vide sobre os professores de Medicina, Ana Maria Bandeira, *Professores da Faculdade de Medicina (1772-1820)*. Separata de *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, vol. II, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985.

(5) Sobre a Junta Expurgatória da Universidade, vide o nosso trabalho «A Universidade de Coimbra no reitorado de Furtado de Mendonça. A Junta Expurgatória de 1823», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 30 (1984), pp. 405-462.

mitido da docência, vindo a passar os últimos dez anos de vida em condições muito difíceis.

Escreveu várias obras.

JOAQUIM JOSÉ VIEIRA GODINHO, nascido em Minas de Ouro Preto, que recebeu o grau de doutor em Cânones em 1750, foi professor da Cadeira de Direito Pátrio, disciplina que se iniciou após 1772 e que teve em Pascoal José de Melo Freire o seu maior expoente. Foi nomeado em 11 de Setembro de 1772, tendo começado a leccionar em 21 de Fevereiro de 1774.

JOAQUIM DOS REIS, igualmente da capital brasileira, licenciou-se em Cânones em 1778 e foi lente dessa Faculdade, exercendo as funções de bibliotecário desde 1802. Também veio a ser vereador da Universidade (1809).

O P.^o JOAQUIM VELOSO DE MIRANDA, natural dos Inficionados (Vila Rica), doutorou-se em Filosofia em 1778 e foi professor de Ciências Naturais. Viria a ser um notável mestre desse ramo do saber. A ele dedicou Domingos Vandelli no seu *Florae Lusitanae et Brasiliensis Specimen* o género «Vellisia». Além de *Theses ex universa Philosophia...* (Coimbra, 1778) parece que escreveu umas *Memórias* das suas viagens. Do Brasil mandou ao seu antigo professor Vandelli muitos espécimes da flora mineira que este aproveitou para os seus trabalhos. Foi sócio da Academia das Ciências e faleceu em Minas Gerais em 1816 ou 1817.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA, natural de Santos formou-se em Leis em 1802 mas já era bacharel em Filosofia em 1787. Por cartas régias de 15 de Abril e 20 de Maio de 1801 foi nomeado professor de Metalurgia, cadeira criada a 21 de Janeiro desse ano e que regeu até 1807. Foi-lhe conferido o grau de doutor em Filosofia com dispensa de tese e exame privado. Por iniciativa do Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, entra para a Academia das Ciências, vindo a ser proposto por esta instituição para viajar pela Europa a fim de se aperfeiçoar nos conhecimentos de História Natural e Metalurgia.

Foi figura preponderante do batalhão académico criado por ocasião da primeira invasão francesa e exerceu o cargo de intendente-geral da polícia do Porto.

Voltou ao Brasil em 1819, tornando-se um dos nomes cimeiros do movimento favorável à independência do país e depois um dos políticos mais célebres do novo império.

Nas suas publicações (umas de carácter científico, outras de índole política) revela o seu inegável talento de homem do saber.

JOSÉ VIEIRA DO COUTO, oriundo do Tejudo, formou-se em Filosofia em 1778 e depois em Matemática. Foi distinto professor de Matemática e literato ilustre. Em 1806 foi preso sob a acusação de estar filiado na maçonaria. Mas dois anos depois seria posto em liberdade.

Escreveu várias memórias científicas: sobre as salitreiras de Monte Rodrigo, a capitania de Minas Gerais, as minas de Abaeté e as minas de cobalto da capitania de Minas Gerais.

MANUEL MARTINS BANDEIRA, natural do Rio de Janeiro, doutorou-se em Filosofia em 1817 e foi lente de Prima de Química, director da Faculdade de Filosofia, e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.

O P.^o PAULINO DE NOLA E SOUSA, do Rio de Janeiro, da Ordem dos Carmelitas Descalços, doutorou-se em Matemática em 1793 e obteve a fama de metalurgista célebre na docência universitária. A missão científica que realizou por incumbência da Universidade grangeou-lhe grande renome.

VICENTE CORREIA SEABRA SILVA E TELES, nascido em Congonhas do Campo (Vila Rica), formou-se em Matemática em 1791, tendo escrito antes dessa data um compêndio de ensino.

Regeu várias cadeiras e escreveu obras de relevante carácter científico. Foi sócio da Academia das Ciências. Por carta régia de 1791 foi mandado incorporar no quadro dos lentes da Universidade sem defender teses nem fazer exame privado.

Para não nos alargarmos demasiado neste trabalho, deixaremos de parte o desenvolvimento do estudo dos estudos médico-cirúrgicos e jurídicos no Brasil.

Nos sécs. XVIII e XIX deu-se um incremento extraordinário às *Viagens e Expedições Científicas*. A preocupação de contactar a natureza era uma constante dos meios intelectuais e científicos. Não só a Universidade mas também a Academia das Ciências e outras instituições de carácter científico organizaram algumas dessas viagens encarregando pessoas altamente qualificadas para o fazer. As Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia muito vieram a beneficiar dos resultados de semelhantes empresas (6).

Aqui referiremos em particular os nomes de personalidades brasileiras que participaram em tais missões e que com os seus contactos e relatórios elaborados muito vieram a contribuir para o desenvolvimento das Ciências Naturais na Universidade de Coimbra e fora dela, nomeadamente na Academia das Ciências de Lisboa e no próprio Brasil.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, natural da Baía, doutorado em Filosofia (1778), entre 1783 e 1792 explorou, por recomendação de

(6) Sobre este assunto, vide William J. Simon, *Scientific Expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983.

Vandelli, os rios Amazonas, Branco, Madeira, Guaporé e Mármore. Foi membro da Academia das Ciências que lhe publicou diversas memórias. Exerceu vários cargos, como o de director do Jardim Botânico da Ajuda, demonstrador de História Natural na Universidade e administrador do Real Gabinete de História Natural. Deixou muitas obras manuscritas e publicou diversos trabalhos. A memória de Rodrigues Ferreira foi evocada no congresso.

FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA, de S. Paulo, doutorado em Matemática (1777), levou a cabo uma missão científica importante para estudar os limites no Sul do Brasil. E participou ainda numa outra de exploração a África, patrocinada pela Academia das Ciências de que era sócio, tendo morrido durante essa viagem.

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA PEREIRA, oriundo da Praça da Califórnia do Sacramento, formou-se em Leis (1798). Visitou os Estados Unidos da América, em missão do governo, a fim de estudar a cultura do algodão e da cana do açúcar. Exerceu vários cargos, como o de director literário da Junta Administrativa da Imprensa Régia. Após ter sido preso pelo Santo Ofício, conseguiu evadir-se e refugiar-se em Londres, onde viveu ensinando línguas. Em 1807 iniciou a publicação do *Correio Brasiliense*.

JOSÉ DE SÁ BETTENCOURT, oriundo de Caeté (Minas Gerais), formou-se em Filosofia (1787). Realizou uma viagem a França e Inglaterra, voltando depois a Minas Gerais e dedicando-se então a experiências de cerâmica e fundição de ferro. Foi preso na Baía por se ter envolvido na conspiração de 1787. Dedicou-se após a libertação à cultura do algodão e à indústria de tecelagem nas margens do rio das Contas, onde se fixara. Foi encarregado de várias missões científicas de índole mineralógica e salitreira do Monte Alto, onde fundou uma importante fazenda. Desempenhou papel relevante no movimento que conduziu à independência do Brasil. Escreveu diversos estudos.

MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BETTENCOURT E SÁ, oriundo de Serro do Frio (Minas Gerais), formou-se em Leis (1788). Acompanhou José Bonifácio de Andrade e Silva nas suas viagens pela Europa e, em atenção aos seus altos méritos de naturalista exímio, pertenceu à Academia Real das Ciências e a muitas Academias Científicas da Europa. Veio a ser intendente-geral das minas de ouro e diamantes da província de Minas Gerais. Tomou parte na independência do Brasil e foi deputado e senador.

Mas não foi só no ensino universitário que os estudantes brasileiros marcaram um lugar de relevo. Também no *Ensino Médio* deparamos com nomes célebres que muito contribuíram para a formação intelectual de inúmeros jovens em terras de Santa Cruz e de Santa Maria.

ANTÔNIO ALVES DA PUREZA SERRÃO, de Alcântara, carmelita descalço, estudou Filosofia e ensinou Botânica, Zoologia, Química e Mineralogia.

ANTÔNIO FERREIRA FRANÇA, da Baía, e bacharel em Matemática, Medicina e Leis, respectivamente nos anos de 1794, 1796 e 1798, foi lente de Geometria e catedrático da Escola de Medicina. Também exerceu o cargo de deputado à Constituinte Brasileira.

ANTÔNIO FRANCISCO BASTOS, natural de Pernambuco (freguesia de S. Fr. Pedro Gonçalves do Recife), que se doutorou em Matemática em 1785, leccionou Geometria no Recife.

CÂNDIDO BAPTISTA OLIVEIRA, oriundo de Porto Alegre, formou-se em Matemática (1824) e frequentou em Paris a Escola Politécnica. Regressado ao Brasil, foi nomeado professor substituto da Academia Militar e depois catedrático de Mecânica. Exerceu cargos importantes, como o de encarregado de missões diplomáticas em S. Petersburgo (1841) e Viena de Áustria (até 1844).

O P.^o FRANCISCO LUÍS DOS SANTOS, natural do Rio de Janeiro, estudou Cânones e foi professor de Filosofia Racional e Moral.

FRANCISCO DE PAULA MEIRELES, de Arraial do Tejuco (Serro do Frio), formou-se em Filosofia (1785) e leccionou Filosofia na cidade de Mariana.

JOAQUIM INÁCIO DE FREITAS, de Guimarães (Pará), licenciou-se em Leis em 1792, revelou-se juriconsulto distinto, filólogo e poeta. Foi revisor da oficina tipográfica da Universidade e Professor do Colégio das Artes.

JOAQUIM RODRIGUES MILAGRES, de Vila Rica, formou-se em Cânones (1787). Em 1813 consultou a Junta do Comércio acerca de uma sua pretensão, pois tencionava fabricar louça por um processo da sua invenção, melhor do que o que se seguia no Rato.

O P.^o LEANDRO DO SACRAMENTO, do Recife, carmelita, licenciou-se em Filosofia em 1806, ano em que regressou ao Brasil, foi um exímio naturalista e um célebre botânico. Como director do Jardim Botânico do Rio e professor da Cadeira de Botânica da Academia de Medicina e Cirurgia realizou uma obra notável. Deixou várias obras. Era membro das Academias das Ciências de Munique e de Londres, e da Real Sociedade de Horticultura de Munique. Faleceu em 1887. No Jardim Botânico do Rio há uma inscrição a perpetuar a sua memória.

MATEUS VALENTE DO COUTO, do Pará. Formou-se em Medicina em 1795. Foi director do Observatório da Marinha e fez parte das comissões encarregadas de uniformizar o sistema meteorológico, de propor a melhor forma de apreção de navios e de rever o plano de estudos militares.

Um dos campos de actividade científica em que mais sobressaíram alguns brasileiros foi o da *Medicina*. Assim, encontramos vários nomes que se impuseram pelo seu saber e competência no domínio médico-cirúrgico.

FRANCISCO ELIAS RODRIGUES SILVEIRA, natural da Baía, que se formou em Medicina (1803) e deixou importantes obras sobre Medicina. Chegou a pertencer à obra de S. Agostinho.

MANUEL LUÍS ÁLVARES DE CARVALHO, da Baía igualmente, formou-se também em Medicina (1782) e veio a ser director dos estudos médicos e cirúrgicos da Corte e Estado do Brasil, com a honras de físico-mor do Reino. Chegou a ser lente substituto das cadeiras de Cirurgia da Academia do Rio de Janeiro (1813) e é autor de um plano de estudos de Cirurgia, aprovado por decreto de 1 de Abril de 1813. Deixou alguns trabalhos.

MARIANO JOSÉ DO AMARAL, do Rio, licenciou-se em Filosofia e Medicina (1796), e foi professor do Colégio Médico-Cirúrgico.

TEODORO FERREIRA DE AGUIAR, natural do Rio, obteve o grau de bacharel em Filosofia em Coimbra (1789) e o de Medicina em Leiden. A ele se ficou a dever a criação das Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto, precursoras das actuais Faculdades de Medicina. Foi considerado um dos maiores expoentes da Cirurgia em Portugal e seu restaurador.

As ligações entre a Universidade de Coimbra e o Brasil passaram, como fácil é de compreender, pela *História da Igreja e*, sabendo como foi relevante a presença da instituição, compreende-se o papel que ela desempenhou em território de Santa Cruz. Confinando a nossa análise aos alunos que depois vieram a ser bispos em dioceses portuguesas ou brasileiras, recordamos aqui os seus nomes:

D. FR. CAETANO BRANDÃO DO AMARAL, estudou Teologia em Coimbra e em 1782 foi nomeado bispo do Pará, diocese em que desenvolveu uma acção notável, tendo-lhe merecido uma atenção especial as visitas pastorais realizadas. Viria depois a ser bispo de Braga (1789).

D. FRANCISCO DE LEMOS DE FARIA PEREIRA COUTINHO, natural do Rio de Janeiro (freguesia de Santo António de Jacotinga), licenciou-se em Cânones em 1750. Desempenhou cargos importantes e foi bispo de Coimbra e reformador-reitor da Universidade. A ele se ficou a dever em larga medida a reforma pombalina da Universidade (7).

(7) Sobre esta grande figura de ilustre prelado e insigne reformador reitor da Universidade, vide o nosso estudo *Biblioteca e Bens de Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

Fez parte da deputação constituída por Junot para ir cumprimentar Napoleão a Baiona. Era irmão de João Pereira Ramos e de Clemente Pereira de Azevedo Coutinho.

D. JOSÉ CAETANO DA SILVA COUTINHO CALDAS, estudou Cânones, tendo obtido o grau de licenciado em 1791. Arcebispo de Cranganor em 1804, passaria a arcebispo do Rio de Janeiro no ano seguinte. Destacou-se como deputado e presidente da Assembleia Constituinte e do Senado brasileiros.

D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEVEDO COUTINHO, natural do distrito dos Campos de Oitacazes ou Goitacazes, onde nasceu a 8 de Setembro de 1742, formou-se igualmente em Cânones no ano de 1780. Revestiram-se de enorme importância as viagens feitas desde o Rio até Minas Gerais, nomeadamente para os estudos que mais tarde escreveria. Foi eleito bispo de Pernambuco em 19 de Março de 1794, passando depois para a Sé de Elvas (1806). Foi o último inquisidor de Portugal. Depois da revolução de 1820 foi eleito deputado pela província do Rio às Cortes Constituintes de 1821. Sócio da Academia das Ciências, salientou-se como economista de grande envergadura, tendo deixado vários estudos do género.

D. JOSÉ JOAQUIM JUSTINIANO MASCARENHAS, natural do Rio de Janeiro, formou-se em Cânones em 1756. Foi decano da Sé do Rio e depois bispo diocesano (1774).

D. MATEUS ABREU PEREIRA, natural da ilha da Madeira, estudou Teologia, tendo-se formado em 1760. Chegou a ser opositor em Teologia. Foi prior de S. João de Almedina. A eleição para bispo de S. Paulo ocorreu em 1 de Junho de 1774.

D. TOMÁS DA ENCARNAÇÃO ANTÓNIO DA COSTA E LIMA, natural da Baía, onde nasceu a 25 de Junho de 1723, obteve na Universidade de Coimbra os graus de mestre em Artes e de doutor em Teologia (1750 respectivamente). Pertencia ao Mosteiro de Santa Cruz, tendo recebido a murça agostinha em 21 de Março de 1747. Foi um dos primeiros sócios da Academia Litúrgica Pontifícia (fundada em Coimbra em 1747) e nela leccionou História Eclesiástica. Chegou também a ensinar no Convento de Mafra, vindo depois a ser eleito bispo de Pernambuco em 1773. Notável foi a pastoral que escreveu logo no início do seu governo na qual revogava muitas excomunhões e censuras insertas nas *Constituições do Arcebispado da Baía* que regiam igualmente a sua diocese. Foi autor de várias obras.

Outros membros ilustres do clero brasileiro que ficaram ligados à Universidade de Coimbra foram:

ANTÓNIO CAETANO DE ALMEIDA VILAS BOAS, irmão de José Basílio da Gama, natural de S. José (Rio das Mortes), que se formou em

Matemática (1776) e se notabilizou como pregador distinto e literato insigne.

ANTÓNIO MARIA MOURA, nascido em Vila Nova da Rainha (Minas Gerais), licenciado em Leis, que muito contribuiu para os Cursos Jurídicos em S. Paulo, tendo sido professor de Direito Eclesiástico. Foi também deputado e chegou a ser nomeado bispo do Rio mas não obteve confirmação.

ANTÓNIO PEREIRA DE SOUSA CALDAS, oriundo do Rio de Janeiro, que se formou em Cânones (1782) e em Leis (1789) e se revelou pregador exímio como estudante, foi condenado em 1781 pela Inquisição como herege, naturalista, deísta e blasfemo.

FRANCISCO JOSÉ DE ARANTES, natural do Recife, doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra (1819). Pertencia à Congregação do Oratório. Foi cónego da Sé de Évora e chantre e deão da de Coimbra.

JOÃO DE ARAÚJO E AZEVEDO, da Baía, formou-se em Leis e foi cónego da Sé do Rio.

JOSÉ DE SOUSA E AZEVEDO PIZARRO, natural do Rio de Janeiro, licenciou-se em Cânones (1780), foi cónego da Sé da capital brasileira, tendo ainda exercido outros cargos importantes.

MANUEL FERNANDES BRANDÃO, oriundo do Brasil, formou-se igualmente em Cânones (1761) e veio a ser cónego da Sé metropolitana, e provisor e vigário geral.

E ainda os seguintes que estudaram em Coimbra entre 1720 e 1750:

O P.^o ANTÓNIO PEREIRA DA CÂMARA, da Baía, presbítero secular, que se notabilizou como orador distinto. Formou-se em Cânones em 1731. Estudara antes de ir para Coimbra no Colégio dos Jesuítas da Baía, onde obtivera o grau de mestre em Artes.

O P.^o HENRIQUE MOREIRA DE CARVALHO, nascido no Rio de Janeiro, doutorado em Cânones (1732), mestre em Artes pelo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, que exerceu vários cargos na diocese, tendo escrito a história dos seus prelados.

O P.^o JOÃO BORGES DE BARROS, também da Baía, formado em Cânones (1731), que foi cónego doutoral da Sé da Baía, chanceler e desembargador da relação eclesiástica, e se evidenciou como poeta distinto.

O P.^o MIGUEL LUÍS TEIXEIRA, oriundo de Cachoeira da Baía (freguesia de S. Gonçalo), obteve o grau de licenciado em Cânones (1749). Bacharel e mestre em Artes pelo Colégio dos Jesuítas da Baía, foi provisor e vigário geral do Algarve. Revelou-se orador sagrado afamado.

O P.^o SIMÃO PEREIRA DE SÁ, natural do Rio de Janeiro, graduado em Cânones (1729), mestre em Artes pelo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro. Afirmou-se como pessoa altamente ilustrada.

A *literatura* foi um dos domínios em que o papel dos estudantes conimbricenses de naturalidade brasileira se evidenciou mais válido e eficaz. A fase colonial da história da literatura brasileira que se estende de 1550 a 1830 (antecede a fase imperial que vai até 1890), com o romantismo e o realismo e o parnasianismo, e a fase moderna (até aos nossos dias), com o simbolismo, o pré-modernismo, o modernismo e o neo-modernismo, iniciou-se com a ida dos primeiros jesuítas para o Brasil, os quais imprimiram à cultura um cunho vincadamente classicista, de acordo com as exigências e gostos da época. A figura máxima foi o Padre José de Anchieta, S. J. (1533-1597). O Salvador, a Baía e o Recife eram os pontos fulcrais da irradiação das Letras. Nelas se notabilizaram vários sacerdotes jesuítas, Bento Teixeira Pinto e outros. No séc. XVII como que se deu a tomada de consciência dos escritores brasileiros que beneficiaram imenso da penetração do classicismo. Botelho de Oliveira (1636-1711) e Gregório de Matos (1633-1696), como poetas, e Fr. Vicente do Salvador e António Vieira, como prosadores, são os mais representativos.

As Academias desempenharam um papel a todos os títulos notável: a dos Esquecidos (1724) na Baía; a dos Felizes (1736) no Rio; a dos Selectos (1752) no Rio também e a dos Renascidos (1759) na Baía.

Depois vieram as Sociedades intelectuais do Rio de Janeiro (a científica em 1772) e a literária em 1786, que já apareciam imbuídas do espírito ideológico das Luzes. Os centros culturais agora situavam-se nas montanhas. Vila Rica, Sabará e S. João d'El-Rei eram o triângulo da intelectualidade brasileira. O movimento de emancipação (Inconfidência Mineira, de 1789) ganhou então uma força notável. Épicos como Santa Rita Durão (1724-84) e Basílio da Gama (1741-95); líricos como Cláudio Manuel da Costa (1729-89), Tomás António Gonzaga (1744-1810), Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1814) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814); satíricos como Tomás António Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, co-autor das *Cartas Chilenas*. E epígonos como o Padre Domingos Caldas Barbosa (1738 ou 40-1800).

Sobre vários dos literatos mais ilustres, aqui registamos algumas notas:

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, («O Judeu») que nasceu no Rio e estudou Cânones na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1726. Dramaturgo e poeta, viria a ser condenado pela inquisição em 19 de Outubro de 1739.

ANTÓNIO DE MORAIS E SILVA, também do Rio, que se licenciou em leis no ano de 1779 e foi o autor do excelente dicionário da língua portuguesa. Igualmente acusado pelo Santo Ofício, refugiou-se em Lon-

dres. Veio a ser membro do governo provisório, coadjuvando o governador Luís do Rego.

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, natural de Mariana, formado em Cânones (1753), que foi sócio da Academia dos Esquecidos, da Arcádia Ultramarina e um dos poetas brasileiros mais ilustres. Foi um dos conjurados da Inconfidência Mineira (8).

PADRE DOMINGOS DE CALDAS BARBOSA, também da capital brasileira, formou-se em Cânones (1767) e Leis (1769) e foi um grande poeta satírico. Pertenceu à Arcádia de Roma com o nome de Lereno Selinuntino e foi o fundador e primeiro presidente da Academia de Belas Artes de Lisboa (1790).

JOSÉ ANTÓNIO DE SEPÚLVEDA, natural da Baía, que se formou em Cânones (1771), depois de ter estudado Humanidades no Colégio dos Jesuítas daquela cidade. Escreveu várias obras literárias em português e latim.

JOSÉ DA NATIVIDADE SALDANHA, oriundo do Recife, formado em Leis (1823) e notável poeta.

JOSÉ PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, natural da Baía, licenciado em Cânones (1734), que foi censor da Academia dos Esquecidos e secretário de Estado no Brasil.

FR. JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO, O.E.S.A., natural de Cata Preta (Inficionados), formou-se em Teologia. Grande amigo de Fr. Manuel do Cenáculo e de D. Francisco de Lemos, passou por várias vicissitudes após as reacções subsequentes ao atentado contra o Marquês de

(8) Cláudio Manuel da Costa, poeta, nasceu em Vila do Carmo, depois cidade de Mariana, Minas Gerais, a 6 de Junho de 1729 e faleceu em 1789. Em 1742 veio para Portugal e doutorou-se em Leis. Como estudante mostrara já grande talento para a poesia, publicando algumas obras. Depois percorreu a Itália, permanecendo algum tempo em Roma, onde foi admitido na Academia dos Arcades, tomando o nome pastoril de Glauceste Satúrnio. Em Lisboa foi recebido na Arcádia de Lisboa e em 1765 retirou-se para o Rio de Janeiro, passando depois para Minas Gerais, onde, em Ouro Preto, abriu banca de advogado. Em 1780, o governador de Minas Gerais, D. Rodrigo de Meneses nomeou-o secretário de Estado, cargo que exerceu durante três anos. Nesse período comentou o *Tratado da riqueza das nações*, de Adam Smith, sendo o primeiro escritor que o fez em português e que tratou assuntos económicos. Em 1789 (com 60 anos já) foi um dos chefes da conspiração de Tiradentes para a independência do Brasil. Descoberto, veio a suicidar-se.

Escreveu: *Minúsculo Métrico*, Coimbra, 1751; *Epicédio*, 1753; *Labirinto do amor*, 1753; *Números harmónicos*, 1753; os poematos heróicos *Ribeirão do Carmo e Vila Rica*, este só impresso em 1830 num jornal do Rio de Janeiro, e ainda outras pequenas composições que foram reunidas num só volume, hoje muito raro, *Obras Poéticas de C. M. C., árcaide ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio*, Coimbra, 1768. Em 1813 e 14 saíram póstumas umas *Memórias* da sua autoria, em prosa. Foram-lhe também atribuídas as *Cartas chilenas* que parece serem da autoria de Alvarenga Peixoto. Em 1903 publicou-se uma edição em 2 vols. de *Obras Completas*, coordenadas por João Ribeiro (escritor brasileiro), C. M. C. foi um dos maiores sonetistas de sempre. João Ribeiro só lhe considera superiores Petrarca e Camões.

Pombal. Destacou-se como um dos maiores poetas brasileiros e escreveu o célebre poema *Caramuru* (1781) e foi opositor em 1778 da Faculdade de Teologia.

LUCAS JOSÉ DE ALBERGARIA, nascido em Sabará, formado em Leis (1799) e exímio poeta repentista, deixou uma importante obra.

MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA, de Vila Rica (Minas Gerais), licenciou-se em Cânones e foi depois professor régio de Retórica e Poética no Rio de Janeiro. Fundou uma sociedade literária modelada pela Arcádia de Roma, juntamente com o seu conterrâneo e amigo José Basílio da Gama e com o apoio do bispo D. José Castelo Branco. Nessa sociedade brilharam os maiores intelectuais da época. O Conde de Resende, que substituiu D. Luís de Vasconcelos, determinou a dissolução da Academia e a prisão de alguns dos seus membros, entre os quais se contava o próprio Alvarenga. O juiz do processo viria a ser o Dr. António Dinis da Cruz e Silva, autor de *O Hissope*. Considerado como um dos maiores poetas de sempre do Brasil, já em Coimbra, como estudante, escrevera a sua primeira obra, *O Desertor*, poema heróico-cómico, impresso em 1774, por determinação do Marquês de Pombal. Alvarenga fundou uma revista literária (a 2.^a do Brasil) e com ele encerra-se o período clássico. Até 1836, com a vinda da corte e outros factos (independência, etc.), assiste-se a uma fase de preparação da fase imperial que começa no romantismo (9).

Mas foi sem dúvida no sector da *Política* e da *Jurisprudência* que se salientou o maior número de brasileiros que passaram pela Universidade de Coimbra. Muitos deles ocuparam lugares de relevo na vida política brasileira, como ministros, deputados, desembargadores, advogados, juízes, etc. E tudo isto sem esquecer aqueles que contribuíram decisivamente para que a independência do Brasil se consumasse. Simultaneamente entregavam-se muitos deles às Letras ou a outras actividades. Vejamos os seus nomes:

ANTÓNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE, irmão de José Bonifácio, de Santos, bacharel em Filosofia (1796) e formado em Leis (1797),

(9) Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta, natural de São João d'El Rei (Rio) em 1733 ou 1740, depois dos estudos feitos no Brasil veio para Coimbra onde se formou bacharel em Leis. Compôs o poema heróico *O Desertor das Letras* em que ridicularizava o ensino anterior à Reforma Pombalina. O próprio Marquês o mandou imprimir em 1783. Advogou em Lisboa e contribuiu com uma ode para a estátua de D. José. No Brasil fundou uma aula gratuita de retórica. Escreveu então *O templo de Neptuno* e a *Gruta Americana*. Em 1782 começou a reger no Rio Retórica e Poética. Foi um dos fundadores da *Arcádia Ultramarina*, que reunia os melhores literatos do país. Colaborou intensivamente em representações de teatro do marquês do Lavradio. Foi preso um dia por a Arcádia ter sido acusada de clube jacobino. Em 1799 publicou-se em Lisboa o seu livro *Glauca*, poema retórico, que obteve o melhor acolhimento nos meios literários. Escreveu outras obras. Usava o pseudónimo de Alcindo Palmireno. Faleceu em 1812 ou 1814.

aderiu à revolução pernambucana e pertenceu ao conselho criado pelos revolucionários. Deputado por S. Paulo às Cortes de Lisboa, participante na reunião de Falmouth, veio depois a ser o principal orador da Constituinte Brasileira (1823). Depois de várias vicissitudes, voltou a ser deputado e ministro do Império no primeiro Gabinete (24 de Julho de 1840). Chegou a ser alcunhado o *Mirabeau brasileiro* devido às suas qualidades oratórias.

ANTÓNIO LUÍS PEREIRA DA CUNHA, da Baía, formado em Leis (1787), foi deputado, entre outros cargos exercidos.

ANTÓNIO RODRIGUES VELOSO DE OLIVEIRA, de S. Paulo, formado em Leis (1777), foi chanceler da relação do Maranhão, desembargador do Paço, juiz da Casa da Suplicação do Brasil e deputado à Constituinte Brasileira, tendo defendido veementemente a abolição da escravatura.

BALTASAR DA SILVA LISBOA, oriundo da Baía, doutorado em Leis (1783), foi juiz de fora e ouvidor na Baía e no Rio e desembargador da Relação. Também foi sócio da Academia das Ciências e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

CIPRIANO JOSÉ BARATA DE ALMEIDA, da Baía, formou-se em Filosofia (1790) e foi deputado às Cortes de Lisboa e um dos que embarcaram para Falmouth.

CLEMENTE FERREIRA FRANÇA, da Baía, formado em Leis, foi deputado.

DIEGO DE TOLEDO ORDONHES, de S. Paulo, licenciado em Cânones (1779), foi igualmente deputado à Constituinte Brasileira.

FRANCISCO VILELA BARBOSA DO RIO, formado em Matemática (1796), foi professor do Colégio dos Nobres, cientista e poeta, e deputado às Constituintes e político famoso no Rio.

GERVÁSIO PIRES FERREIRA, nascido no Pernambuco, estudou Matemática e desempenhou depois o cargo de presidente do Erário Nacional do Brasil.

JOÃO SEVERIANO MACIEL, de Mariana, formado em Cânones (1792), exerceu cargos políticos importantes.

JOSÉ ALVES MACIEL, de Vila Rica, formado em Filosofia (1785), foi um dos doze estudantes brasileiros que se comprometeram a enviar todos os esforços para alcançarem a independência do Brasil. Fez uma viagem a Inglaterra e participou na conspiração mineira, chefiada por seu cunhado Francisco de Paula Freire de Andrade. A pena de condenação à morte veio a ser-lhe comutada.

JOSÉ AROUCHA DE TOLEDO, de S. Paulo, formado em Leis (1799). Foi deputado à Assembleia Constituinte, primeiro director do curso jurídico de S. Paulo e contribuiu para a independência do Brasil. Exerceu outras actividades ainda e escreveu diversos estudos.

JOSÉ EVANGELISTA DE FARIA BOBATO, de Vila Rica, formado em Leis, distinguiu-se como grande político, deputado e senador.

JOSÉ FELICIANO FERNANDES, de Santos, licenciado em Cânones (1798), foi deputado às Constituintes Portuguesa e Brasileira.

JOSÉ JOAQUIM CARNEIRO DE CAMPOS, natural da Baía, formado em Leis (1797), foi deputado à Constituinte Brasileira.

LUÍS ANTÓNIO MONTEIRO DE BARROS, de Congonhas do Campo, formado em Leis (1787), veio a ser presidente do Supremo Tribunal de Justiça, entre outros cargos.

LUÍS JOSÉ DE CARVALHO, da Baía, formado em Leis (1786), foi deputado às Constituintes e exerceu vários cargos.

MANUEL DA CUNHA DE AZEVEDO E SOUSA COUTINHO, natural do Rio, formado em Leis (1799), denominado o «Chichorro».

MANUEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA, de S. João d'El-Rei, formado em Filosofia e Matemática (1789 e 1790), foi ministro da Fazenda.

MARIANO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA, do Rio, formado em Filosofia, evidenciou-se como literato, filósofo e moralista. Desempenhou papel notável na independência do Brasil e foi senador, ministro e conselheiro de Estado. Deixou uma coleção de máximas.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADE MACHADO DA SILVA ARAÚJO, de Santos, formou-se em Matemática e Filosofia.

PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS, de Santos, formado em Matemática e Filosofia, foi deputado.

E ainda os seguintes:

Alexandre Tomás Morais Sarmento, António José do Amaral, António José Duarte de Araújo Godinho, António Luís da Silva, Aureliano de Sousa e Oliveira, Bernardo José da Gama, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Caetano Esperidião de Melo Matos, Cândido Ladislau de Figueiredo e Melo, Clemente Álvares de Oliveira Mendes, Cornélio Ferreira, Domingos Borges de Barros, Estêvão Ribeiro de Resende, Francisco de Paula de Almeida, Francisco de Paula Leal, João Cândido de Deus e Silva, Morais Barreto, Joaquim Inácio de Lima, José de Araújo Ribeiro, José Bernardino Baptista Pereira, José Cesário de Miranda Ribeiro, José da Costa Carvalho, José Lino dos Santos Coutinho, José Paulo de Figueiredo Nahum de Araújo, José Ricardo da Costa, José Saturnino da Costa Pereira, Lourenço José Ribeiro, Luís Francisco de Paula Galvão, Luís Pereira do Couto Ferraz, Manuel Alves, Manuel António Galvão, Manuel Odorico, Manuel Pinto Ribeiro, Miguel Cardoso du Pin e Almeida, e Pedro de Araújo Lima, de Serinhém.

Eis em breve síntese uma amostra dos longos e intensos contactos havidos entre a Universidade de Coimbra e o Brasil.